


Dossiê

**Formação e ensino de História da Psicologia
em países ibero-americanos****Rumo a uma epistemologia e história feminista
decolonial para a Psicologia****Towards a decolonial feminist epistemology and history for Psychology****Ricardo Dias de Castro** <https://orcid.org/0000-0003-1897-077X>Universidade Federal da Bahia
Brasil**Resumo**

Este artigo problematiza a consolidação de uma postura feminista decolonial na transmissão acadêmico-política da história e epistemologia da Psicologia para a graduação. Toma-se a trajetória acadêmica, política e institucional do autor como um analisador das complexidades que habitam a formação teórica e prática em campos tais quais a Psicologia e o Feminismo Decolonial. Rumo a uma posição crítica subversiva desde o projeto feminista do Sul Global, é apresentada uma proposta de compreensão geopolítica da sociedade, da subjetividade e, conseqüentemente, da Psicologia. Em seguida, por meio de uma postura teórico-política interseccional, é apontado como gênero, raça, classe, sexualidade e território forjam e tensionam o projeto da Psicologia como ciência e profissão. Defende-se, por fim, uma formação em Psicologia que suporte a interminável disputa que habita as conflituosas perspectivas historiográficas, epistemológicas, teórico-metodológicas, conceituais e ético-políticas em torno do estudo e da intervenção no saber-fazer da Psicologia.

Palavras-chaves: psicologia; história; epistemologia; formação; feminismo decolonial

Abstract

This article problematizes the consolidation of a decolonial feminist stance in the academic-political transmission of the history and epistemology of Psychology for undergraduate courses. The academic, political and institutional trajectory of the author is taken as a detailed study of the complexities that inhabit theoretical and practical training in fields such as Psychology and Decolonial Feminism. Towards a subversive critical position from the feminist project of the Global South, a proposal for a geopolitical understanding of society, subjectivity and, consequently, Psychology is presented. Then, through an intersectional theoretical-political stance, it is pointed out how gender, race, class, sexuality and territory forge and tension the project of Psychology as a science and profession. Finally, we defend an education in Psychology which supports the endless dispute that inhabits the conflicting historiographical, epistemological, theoretical-methodological, conceptual and ethical-political perspectives surrounding the study and intervention in the know-how of Psychology.

Keywords: psychology; history; epistemology; education; decolonial feminism.

Em busca de uma perspectiva às avessas de história e epistemologia para a Psicologia

Há ao longo da constituição do campo da história e da epistemologia da Psicologia inúmeras tentativas de se narrar os multideterminados movimentos que levariam à constituição desse campo em seu âmbito científico, profissional, político e de intervenção disperso e não consensual pela história do conhecimento (Abib, 2009; Antunes, 2012; Barreto & Morato, 2008; Chaves, 2000; Figueiredo, 1992, 2008, 2010; Jacó-Vilela, Ferreira & Portugal, 2013; Rosa, 1977; Schultz & Schultz, 2020).

Assume-se, aqui, nessa direção, que um campo do conhecimento se constitui a partir de saberes e discursos que constituem uma trama de inteligibilidade que autoriza que um conjunto de pensamentos e práticas ganhem o status paradigmático de/no campo científico. Em contraponto, então, à uma tradição historiográfica linear e homogênea, defende-se que a trajetória de invenção de um campo do conhecimento deve ser entendida como uma pergunta-problema que não se enrede em uma ontologia teleológica e causal. O que, certamente, convoca-nos a compreender a produção de um campo a partir da multiplicidade de eventos dispersos, heterogêneos, descontínuos e não consensuais que levam à ficcionalização da verdade e das relações de poder-saber no campo da ciência (Gonçalves, 1999; Foucault, 1971/1994; Lemos & Cardoso Junior, 2009).

O atrativo e o interessante, nessa prática de se historicizar o conhecimento científico, portanto, deve ser a interrogação da história em seus eixos de virada, nas suas margens, fronteiras e em seus pontos marginais. De modo que, ao mergulharmos nesses territórios ético-estéticos-epistêmicos-conceituais-teóricos-metodológicos, possamos lançar luz aos fragmentos inexplorados, apostando no risco de formas alternativas de reconhecimento histórico e, portanto, de modos criativos e inventivos de se pensar outras estratégias de se olhar/construir essa “mesma” história (Gonçalves, 1999). Que nunca, certamente, é a mesma.

Meu objetivo, nesse trabalho, portanto, não é trazer “novas” contribuições à história e epistemologia da Psicologia; mas somar quórum a movimentos outros que re-centralizam para o foco analítico-interventivo, vozes, experiências, saberes e fazeres “inapropriados” (hooks et al., 2004) que confrontam aquela versão de história e epistemologia que se hegemonizou na graduação de/em uma Psicologia mais tradicionalista que toma como centro as experiências do Norte Global. E, aqui, pelo contrário, estaríamos falando de uma aposta afirmativa nos saberes-fazeres marginais e potentes “das populações indígenas, afro-brasileiras, bem como sujeitos de origem popular, LGBTQIAP+s, migrantes e mulheres, entre outros” (Castro & Mayorga, 2019, p. 40)¹.

¹ Em função do artigo ser escrito a partir das experiências individuais, coletivas e institucionais do autor, haverá variação de enunciação entre um sujeito individual e um coletivo no artigo.

Assim, mesmo com todas as ponderações que colocam furo à produção do conhecimento e da ciência ocidental hegemônica; não podemos negar que é preciso exercitar a ciência, o conhecimento e a pesquisa se acreditarmos que essas esferas podem potencializar a construção de um projeto de sujeito e de sociedade que penssem sobre si e sobre o mundo. E que, sobretudo, transformem-se nesse encontro. Nessa direção, podemos assumir que o que existem são modelos, perspectivas e paradigmas que motivam os sujeitos e a comunidade científica a efetivar determinados argumentos em um dado contexto. Essa atmosfera subjetiva, histórica e política por de trás (e na frente) dos conhecimentos, em última análise, podem ajudar a falsear a ideia de neutralidade e objetividade de argumentos alicerçados em uma ciência mais tradicional que reivindica para si o status de verdade (Castro, 2022).

Nessa compreensão, o movimento feminista em sua expressão acadêmica, social e política aponta que a história que angariou status de verdade, foi uma história dos homens. O que movimentou uma infinidade de mulheres a reivindicar uma história contada a partir do lugar social delas. O feminismo, portanto, não é, apenas, um saber de mulheres e/ou de mulheres contra a opressão patriarcal; mas um conjunto de saberes e fazeres que tomam a experiência das mulheres como um ponto epistêmico privilegiado a partir do qual se pode realizar uma teoria do sujeito e da sociedade (Mayorga, 2013). Ainda assim, vale dizer, que por meio de críticas severas a qualquer perspectiva essencialista de sujeito e naturalista de sociedade, o feminismo não entende as mulheres como ontologias da resistência política. Uma vez que ainda que elas sirvam como uma “pista visual” privilegiada sobre a compreensão-intervenção nas relações de poder no mundo; elas, também, não estão isentas de reavaliação crítica. Afinal “identidade, incluindo auto-identidade, não produz ciência; posicionamento crítico produz (...)” (Haraway, 1995, p. 27)².

A epistemologia militante feminista, então, foi se tornando o principal projeto crítico de ciência com o qual comecei a pensar e produzir conhecimento. Potencializando, com o tempo, uma postura pesquisadora embasada no reconhecimento das intenções políticas e dos projetos de vida, de sociedade e de sujeito de toda e qualquer proposta intelectual. Sobretudo porque a partir da politização do pessoal – conforme bandeira de luta histórica do feminismo (Sardenberg, 2018) – é urgente que reconheçamos que a existência e a experiência humana estão sempre circunscritas a um lugar social e epistêmico que produz o conhecimento, portanto, a partir de alguma susceptibilidade que abre brecha para alguma interrogação do/para/pelo/sob/sobre o mundo.

É importante reconhecer e valorizar, nesse momento, que há uma infinidade de teorias e movimentos políticos que colocam radicais críticas ao modelo experimental-positivista-racionalista de Ciência Moderna. No entanto, o que vai

² Agradeço à Claudia Mayorga (Universidade Federal de Minas Gerais) pelas contribuições feministas, políticas e afetivas a minha trajetória e a esse artigo.

diferenciar o feminismo de outras propostas de combate à hegemonia euromodernista de ciência - incluindo o historicismo marxista, a teoria psicanalítica, a teoria literária e a sociologia do conhecimento, entre outros - é a denúncia de que o cientificismo europeu, entre outras posturas tendenciosas, não é neutro do ponto de vista do gênero (Jaggar e Bordo, 1997).

Em minha trajetória, portanto, deparei-me com o reconhecimento de que não seria possível construir uma história da crítica ao pensamento moderno científico do Norte Global sem que eu dialogasse com as experiências crítico-propositivas das mulheres feministas em toda a sua diversidade. Uma vez que a partir da categoria do gênero, da raça, da classe, da colonialidade e da sexualidade, elas interpelaram o modo de se pensar a produção do conhecimento no mundo e, também, na América Latina em todos os campos do conhecimento e, aqui, em destaque, ao campo epistemológico e histórico (Harding, 1998; Jaggar & Bordo, 1997; Mayorga et al., 2013; Scott, 1995).

O efeito de um complexo sistema de poder-resistência tem levado as mulheres negras feministas latino-americanas a terem um compromisso epistêmico-político em se pensar e intervir de forma interligada entre as várias expressões da desigualdade social (Mayorga, 2014). O que tem reforçado o caráter que denuncia as inverdades e as ficções poderosas (Gonzales, 1984) que um modelo fantasioso de conhecimento de/para/pelos homens brancos europeus e norte-americanos tem produzido no mundo para o descarte de tudo aquilo que não é lido como “humano” dentro desses mesmos parâmetros.

O verdadeiro saber crítico, na proposta de ciência feminista decolonial, decifra e explicita as ideologias nas quais ele está imerso e, ainda que não exista A verdade (com A maiúsculo), o saber precisa ser claro e inteligível à comunidade acadêmica e à sociedade civil. E, sobretudo, aberto às críticas que o desestabilize como o único ponto de vista possível. Aqui, compactuamos com uma ideia, então, de conhecimento que tem um compromisso com a autovigilância e com uma vontade de compreender que não se cessa; configurando-se como uma busca interminável por produções de sentidos sobre o mundo. Sentidos que, apenas, fazem sentido dentro de um conjunto de posições, teorias, procedimentos e análises imersos em uma história na qual aquele conhecimento se produziu (Castro, Lino & Mayorga, 2020; Collins, 2016; Haraway, 2005)

Ciência, nessa trajetória que explico, portanto, foi se constituindo como um campo de atuação na dúvida, na pergunta, nos problemas e nas inúmeras e, por vezes, antagônicas possibilidades de dar sentidos - sempre provisórios - aos enigmas que construímos a partir das nossas experiências acadêmicas em relação ao sujeito e a sociedade. Sentidos, invariavelmente, relacionados a um desejo de produzir uma sociedade com horizontes mais democráticos, autônomos e que tenha a liberdade como o ponto de partida e horizonte da prática científica pública. Vide as concepções de crítica, autonomia e liberdade que dão sustentação aos saberes psi-

cossociais comunitários e ao pensamento decolonial e feminista (Castro & Mayorga, 2019).

Não há dúvidas, aqui, de que o pressuposto ético-político é o de que os sujeitos podem se libertar das amarras societárias que os aprisionam e, em contrapartida, produzirem saberes e fazeres mais democráticos para as suas vidas e ao mundo comum.

Nesse contexto, ainda que, comumente, sejamos apresentados à Psicologia como uma ciência que nasce em berço europeu e migre, primeiramente, para os Estados Unidos onde ganha grande base para desenvolvimentos de sistemas robustos ao longo do século XX; é possível pensar o fenômeno subjetivo com referências cosmológicas em outros territórios do Globo? “Como é que no século XXI, com tanta diversidade epistêmica existente no mundo, estejamos ancorados em estruturas epistêmicas tão provincianas camufladas de universais?” (Grosfoguel, 2016, p. p.27). Dessa forma, tenho assumido uma posição de transmitir, em sala de aula, a história da Psicologia a partir de uma estrutura epistêmica que faça vacilar o Norte Global como o ponto zero da enunciação (Castro-Gómez, 2005).

Nessa direção, esse artigo intenciona colaborar para que discentes, na graduação em Psicologia, possam ser apresentados às principais características dessa ciência e dessa profissão sem as armadilhas do suposto ponto zero do liberalismo dos homens brancos europeus. Como enfrentar o (pluri)verso, nos termos de Grosfoguel (2016), da Psicologia? “A crítica da psicologia deve ser, dialeticamente, a crítica da sociabilidade que a forja enquanto necessidade, se expressando nela/por ela e, também, sendo explicada, justificada, produzida e perpetuada por ela” (Costa & Mendes, 2022, p.4). E, apenas, com essa postura, afirmaremos, sem medo algum, que em se tratando de ciências humanas críticas, há sempre uma concepção de realidade, mundo, sociedade e sujeito que se (des)conformam a “questionamentos, teorias, conceitos e explicações que, por sua vez, desaguam em métodos e formas de se analisar a realidade (e atuar nela) e as consequências concretas de todo esse processo; uma amálgama ontológica, epistemológica, metodológica e ético-política na/pela práxis” (Montero, 2004, como citado em Costa & Mendes, 2022, p.4).

Nessa proposta que apresento, a História e Epistemologia da Psicologia precisam ter como Sul – em oposto ao Norte Global – a premissa de que as dimensões da subjetividade, do conhecimento e das dinâmicas de poder forjam-se mutuamente por meio de um lócus fraturado entre resistência/subordinação – as vezes ao mesmo tempo – em relação ao projeto moderno-colonial de gênero (Lugones, 2014).

Com isso quero dizer que a imposição colonial do gênero foi fundamental, não só para a organização dos corpos e sexualidades dos colonizados através de uma subordinação sexual, mas, também, no que tange questões sobre ecologia, economia, governo, espiritualidade, conhecimento, subjetividade, epistemologia,

história e o cotidiano nas sociedades colonizadas (Lugones, 2014). Essa fratura colonial que é racial, mas, também, de gênero é o que tem permitido que povos colonizados se submetam às dicotomias modernas de modo assujeitado; mas que, também, através de uma subjetividade ativa, agencie respostas estratégicas de decolonização.

A resistência, a partir de uma perspectiva feminista decolonial, é o ponto de partida para as análises das experiências econômicas, raciais, sexuais e de gênero dos povos colonizados: é onde demos habitar. É a partir desse lócus fraturado que podemos enfrentar os movimentos reflexivos, criativos, comportamentais, epistêmicos e políticos daqueles que antagonizam com a lógica colonial. Isto é, projetos de sujeito e de sociedade são reinventados, continuamente, nessas fronteiras. E, sendo assim, propõem-se que vejamos com bons olhos a multiplicidade na fratura do lócus: desde a atualização da colonialidade do gênero quanto a resposta de resistência a partir do lugar subalterno. Sendo preciso romper com o projeto colonial como algo dado e enfrentar a tensão entre a desumanização e a paralisia da colonialidade do ser e a atividade criativa de “ser-sendo” (Lugones, 2014).

Isto porque, passamos a pensar que o mundo psicológico não está pronto e nem mesmo tem direção para seu desenvolvimento dada naturalmente. Nossas intervenções profissionais são, portanto, direcionamentos. Qual mundo queremos estimular? Qual sociedade? Qual subjetividade? ... Isto passa a exigir que façamos de nosso projeto profissional, um projeto político, de construção do âmbito coletivo (Bock, 2004, p.10).

Em qual rumo ético-político para a Psicologia queremos e podemos nos re-direcionar, portanto? Para tecer uma proposta possível nesse caminho, este artigo será construído a partir de amarrações narrativas (auto)biográficas (Castro & Mayorga, 2019) que nos permitam apostar em análises das relações entre o eu-sujeito, a sociedade latino-brasileira e a historicidade da formação epistemológica-política da Psicologia (Jacó-Vilela, 2021).

Um projeto ético-político (nada) disciplinar

Para muito além das ementas, objetivos, metodologias e conteúdos programáticos balizados por bibliografias básicas e complementares das disciplinas e/ou componentes curriculares que organizam nosso trabalho; há um desejo, uma vontade, uma postura que se transmite nos espaços formativos da Psicologia. Se há várias maneiras de se pensar a história de construção dos fundamentos epistemológicos da ciência psicológica, há inúmeras maneiras de se construir uma disciplina que intencione circular entre as idas e vindas da Psicologia em seu encontro com as ideias psicológicas, a modernidade e a difusa contemporaneidade “psi” no século XX. É tanta história em fluxo que, definitivamente, o/a docente responsável por ministrar esses campos da “História da Psicologia”, “História e Epistemologia da Psicologia”, “Psicologia Geral”, “Teorias e Sistemas Psicológicos”, “Psicologia:

ciência e profissão” e etc. terá que fazer escolhas.

Assim, torna-se primordial que docentes e pesquisadores/as dessa área sustentem que a Psicologia como ciência e profissão é atravessada por uma diversidade e fragmentação em função das múltiplas perspectivas teóricas, metodológicas, objetos e métodos de análise-intervenção desse campo. Curiosamente, esses/as mesmos/as profissionais terão que se conformar com a ideia de que a historiografia da Psicologia, ainda que diversa não pode, jamais, ocorrer sem alicerces material e simbólico. Com isso, quero dizer que mesmo que a epistemologia e a história da psicologia sejam tão diversas quanto as próprias definições de objeto de estudo dessa ciência; isso não implica que não haja posição na forma com as quais construímos sentidos para essa história em movimento.

Se é certo que não há um modelo único padronizado e prescritivo de se apresentar as bases fundacionais da Psicologia no âmbito do núcleo de formação básica de uma graduação regular, o que farei aqui é apresentar como eu cheguei às escolhas que eu fui tecendo nessa trajetória docente/pesquisadora. Entendo que assumir que se foi feita uma escolha é a forma mais honesta de se apresentar uma trajetória de pesquisa no âmbito da historiografia da Psicologia.

Assim, como muitas outras feministas, quero argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver. Mas não é qualquer perspectiva parcial que serve; devemos ser hostis aos relativismos e holismos fáceis, feitos de adição e subsunção das partes.... Precisamos também buscar a perspectiva daqueles pontos de vista, que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometam alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação (Haraway, 1995, p. 24).

Antes mesmo de ser um professor efetivo em universidade pública, tive uma experiência, entre agosto de 2017 e julho de 2022, circulando por instituições privadas de Belo Horizonte e Sete Lagoas no Estado de Minas Gerais (MG). Fui, também, substituto em uma instituição pública federal em São João del-Rei (MG), no ano de 2019. Na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), pude habitar o campo da Saúde Pública, Coletiva e a Psicologia Social no âmbito das Teorias e Intervenções Grupais junto ao curso de Medicina e Psicologia.

Nas instituições privadas por onde passei, tive uma experiência muito plural e intensa com os aspectos epistemológicos, históricos e ético-metodológicos da Psicologia em sua interface com outros campos do conhecimento e atuação no Serviço Social, Enfermagem e Nutrição, por exemplo. A primeira vez que tive que lecionar “História da Psicologia”, então, foi em âmbito do magistério superior privado e, assim, assumi o risco de lecionar um conteúdo, supostamente, neutro e genérico do ciclo básico em um contexto muito específico do neoliberalismo à brasileira que destrói o sentido da crítica, da autonomia, da liberdade de cátedra, do comum e

da história. Dessa forma, nas ementas já prontas e enviadas das sedes dessas instituições, o que havia era uma tentativa de se descrever fatos históricos que, em soma exata, virariam, em tese, a Psicologia Científica no século XIX. O que, também, é comum ocorrer nas universidades públicas, vale dizer.

Duvidei de que isso deveria ser modelo de História em Psicologia e, justamente, por compreender que, em alguns modelos de iniciativa privada do ensino superior, os imediatismos mercadológicos não permitem que possamos aprofundar em debates epistêmicos, históricos e ético-políticos do campo das ideias psicológicas; queria aproveitar essa oportunidade para problematizar e desnaturalizar o histórico liberal, burguês, elitista, racista e patriarcal da formação e ensino em Psicologia e, conseqüentemente, da própria ideia de fenômeno psicológico (Bock, 2004).

Como é possível que o cânone do pensamento em todas as disciplinas das ciências sociais e humanidades nas universidades ocidentalizadas ... se baseie no conhecimento produzido por uns poucos homens de cinco países da Europa Ocidental (Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos)? (Grosfoguel, 2016, p. 26)

Na contramão dessa posição hegemônica, porém, construí um plano de ensino e planos de aulas que tomaram como base o livro "História da Psicologia: Rumos e Percursos" (Jacó-Vilela, Ferreira & Portugal, 2013) na direção de uma historiografia da Psicologia mais latino-americana e mais crítica às universalizações da história e da própria Psicologia como ciência e profissão macho e brancocentrada. O livro toma o Brasil como um local geopolítico do qual deve se compreender a história dos saberes e das práticas psicológicas, a partir de uma heterogeneidade de autorias que falam sobre esse campo e suas dispersões.

A partir desse momento, minha vida acadêmico-política se reorientou. Fui, mais uma vez, convocado a ser discente – nunca o deixei de ser verdadeiramente – e a me despir das certezas temporárias que nossos campos acadêmicos produzem em nossas formações. Isto é, ao me deparar com a dimensão diversa e política da "História da Psicologia", fui lembrando da importância de um debate crítico, pluriépistêmico, metodológico e teórico na formação de bacharéis generalistas em Psicologia no Brasil (Rudá, Coutinho & Almeida Filho, 2019; Fernandes, 2016).

Aqui, é importante investir em uma discussão contingencial ao momento que vivemos no que tange à privatização do ensino superior no Brasil. As grandes redes privadas de gestão educacional, em sua grande parte empresas de capital aberto, têm transformado a educação em um produto perverso que enreda alunos/as, professores/as e gestores/as a um cotidiano massacrante e violento de cumprimento de metas e tabelas. Perspectivas de trabalho que parecem não compreender o ritmo, a dinâmica e a rotina pedagógica-política de construção e atuação do conhecimento crítico e comprometido com as realidades concretas de nossas populações latino-brasileiras.

Em função disso e, em um cenário de corte de gastos para manutenção dos

lucros; esses grupos mantêm poucos professores em áreas do conhecimento para as quais não temos afinidade e nem formação teórico-metodológica para ministrar. Em minha trajetória, por exemplo, precisei lecionar conteúdo específicos da Psicologia Cognitiva e Comportamental. Fui alocado, também, para coordenar a disciplina prática de Psicologia Experimental para colaborar na demonstração prática dos princípios do Behaviorismo Radical de Skinner por meio do uso do Programa Sniffy: um simulador de um rato de laboratório na câmara de condicionamento operante.

Atropelado por esse cenário degradante, precisei me reinventar para manter o meu desejo pela educação, pela ciência e pelo ensino superior estável. A degradação, aqui, vale evidenciar, refere-se não a esses conteúdos em si, mas à obrigação de lecionar campos clássicos e emergentes da Psicologia como se eles fossem conteúdos que “qualquer um/a”, com formação em Psicologia, pudesse ofertar.

Assim, assumi um compromisso – comigo mesmo – de que lecionaria todo esse conteúdo a partir da melhor versão docente que eu pudesse oferecer. Esse, certamente, foi um período de grande estudo sistemático, justamente, por dominar pouco dos princípios conceituais, teóricos, metodológicos e ético-políticos dessas outras áreas. Precisei colocar, em suspensão, as “certezas” epistêmicas e teóricas que construí no âmbito da Psicologia Social, Comunitária e Latino-Americana – “meu” campo – para retomar lentes de análises de outras PsicoLOGIAS de modo que minha transmissão pudesse soar, em alguma medida, orgânica³.

Ao colocar a Psicologia em perspectiva na tensão com sua pluralidade constituinte, permiti-me estudar as linguagens, os conceitos, os métodos e uma forma política-pedagógica de transmissão honesta e respeitosa das compreensões do fenômeno subjetivo das inúmeras correntes do pensamento psicológico. Certo de que não seria especialista de cada um desses campos, era importante ser gentil com o lugar do qual eu compreenderia e narraria processos históricos conflituosos.

O que pareceu um tormento, inicialmente, tornou-se uma marca da minha trajetória docente: um ritmo de estudo aprofundado e sistemático de outras escolas da Psicologia. Com isso quero dizer que todo esse pluralismo epistemológico, teórico, conceitual, metodológico e ético-político da Psicologia potencializou o meu desejo, como educador de Psicologia, com uma formação plural, generalista e diversa ainda que eu, certamente, tenha uma posição diante desse cenário amplo.

Dessa forma, é comum vermos que Psicólogos Sociais Críticos assumam as disciplinas obrigatórias do núcleo comum da formação na graduação em Psicologia. E isso acontece muito possivelmente porque ao analisarmos o fenômeno subjetivo a partir de uma dimensão social, histórica e política; analisamos a própria Psicologia

³ É importante evidenciar que ao falar das instituições privadas de ensino superior, não rivalizo com o público discente, colegas de trabalho e coordenadoras de cursos. O que há que se enfrentar, aqui, são os que se enriquecem da pauperização da transmissão de um conhecimento e formação crítica: a burguesia nacional que torna educação mercadoria e não um direito fundamental. Ademais, há que se ficar colocado que há distintas forças de poder, agenciamentos e possibilidades de questionamentos à neoliberalização da Psicologia a depender da organização privada em que se trabalha.

como processo e não como substância ou uma essência que nasce por geração espontânea no âmbito da Modernidade. Período histórico esse responsável pela invenção do indivíduo reflexivo que segue sendo o principal objeto-sujeito de estudo do saber-fazer psicológico (Bock, 2004).

O convite desse artigo, no entanto, é apostar que a historiografia da psicologia deve permanecer, com protagonismo, em todas as abordagens e não só para aqueles que radicalizam que a dimensão social e histórica é importante para o estudo da subjetividade. Se a própria ideia de “fenômeno psicológico” precisa ser contextualizada, o mesmo não seria diferente em relação a própria Psicologia como ciência e profissão.

Ao afirmarmos que a dimensão social, histórica e política estará presente em nossas análises e intervenções; é preciso se perguntar algo a mais: quais dimensões que constituem os sistemas de poder-resistência da desigualdade social latino-brasileira serão incluídas como nossas lentes de análise e intervenção? Para esse artigo, proponho um diálogo com os saberes e fazeres de atores/izes sociais que “sem desconsiderar o econômico, introduzem elementos e categorias relacionadas a lutas por reconhecimento, como as questões de raça, gênero e sexualidade” (Mayorga, 2014, p. 225).

A (in)disciplina Psicologia, ciência e profissão

A postura social e política no entorno da história e da epistemologia da Psicologia não deve ser, portanto, o local de engessamentos e naturalizações de algumas perspectivas de Psicologia em detrimento de outras. Nessa direção, para se evitar uma armadilha liberal que pretenda falar de todos os lugares - mas que não se enuncia de lugar algum (Haraway, 1995) -; tenho optado por lecionar os conteúdos desse campo-tema (Spink, 2003) rodeado de conflitos que me transformam em um verdadeiro forasteiro de dentro (Collins, 2016).

Isso não significa tomar nem a psicologia nem as críticas a ela como homogêneas; pelo contrário, trata-se de reconhecer suas diversidades, que vêm a se expressar em projetos também diversos a disputarem a hegemonia psi – processo este que pode resultar em diálogos profícuos, sínteses vigorosas (Costa & Mendes, 2022, p.10).

Isto é, devemos deslizar, interminavelmente, pelas fronteiras (Anzaldúa, 2005) que margeiam e, por vezes, inundam a psicologia de várias condições de existência.

Se perguntarmos a um psicólogo comportamentalista, ele dirá que o objeto da psicologia é o comportamento humano; se perguntarmos a um psicanalista ele dirá que é o inconsciente. Outros dirão que é a consciência humana, e outros, a personalidade.

Essa diversidade de objetos é explicada pelo fato de este campo do conhecimento ter-se constituído como área científica somente recentemente (final do século 19), a despeito de existir há muito tempo na Filosofia enquanto preocupação humana (Bock, 2001, p.25)

Sendo assim, é imprescindível, para a Psicologia, dialogar com a comunidade externa à institucionalidade da universidade pública e da Psicologia Moderna. De modo que haja, aqui, um diálogo mais direto com os/as sujeitos/as que não foram convocados/as ou participam muito pouco do contrato social moderno/colonial no qual o ensino superior público foi forjado, incluindo aí a Psicologia.

Podemos exagerar essa tese afirmando que havia um saber psicológico mesmo antes da chegada do colonizador. Evidentemente, garantidas todas as ressalvas de cunho cultural e antropológico, havia um saber psicológico entre os tupis-guaranis que nada tinha a ver com a Psicologia europeia, mas que tratava da compreensão da subjetividade dos povos que habitavam estas terras antes da ocupação do solo brasileiro pelos portugueses, um saber que não foi registrado e que nos chega através dos povos remanescentes e das peculiaridades presentes em nossa cultura, uma cultura negra, indígena e branca europeia, que hoje conta com a contribuição dos imigrantes europeus e asiáticos (Furtado, 2012, p. 68).

O desejo de pesquisa-intervenção, a partir do feminismo decolonial, pretende visibilizar, inspirar-se e se afetar pelos saberes daqueles/as que resistem à hegemonia histórica e epistêmica colonial. De modo que seja possível vislumbrar um novo mundo mais ancorado nas vozes democráticas, nas lutas populares e nas práticas autoconscientes. Toma-se, assim, um lado e reconhece-se nesse lado a forma mais objetiva de assumir o compromisso com a produção do conhecimento (Matos, 2018).

Uma vez concursado pelo Instituto de Psicologia e Serviço Social (IPSS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), assumo a área "Psicologia, ciência e profissão: história, aspectos epistêmicos e teórico-metodológicos" e, dessa forma, o componente curricular "Psicologia, ciência e profissão" torna-se minha responsabilidade.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico vigente do curso de Psicologia da UFBA de 2009, a "Psicologia, ciência e profissão" existe como componente obrigatório do primeiro semestre, no âmbito do Núcleo Comum, com carga horária de 60 horas. Ela é, também, ofertada uma vez por ano para a área de concentração Estudos sobre Subjetividade e Comportamento Humano no âmbito dos Bacharelares Interdisciplinares.

Em documentos de disponibilidade pública, sua ementa diz "A Psicologia como ciência e profissão: características principais e suas relações com outras áreas de conhecimento, seus limites e extensão. Objeto e métodos de estudo da psicologia. A diversidade e a fragmentação do conhecimento psicológico em função das múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas. Características atuais e potenciais de atuação do psicólogo nos diversos domínios clássicos e emergentes. História da psicologia no Brasil. A imagem da profissão. Legislação básica"⁴.

⁴ Essa ementa está em processo de mudança e aguarda, apenas, a aprovação das instâncias superiores da UFBA para que possa entrar em vigor. A nova ementa tem um foco em uma postura feminista

Vale dizer que há como componente obrigatório do primeiro semestre de Psicologia, com carga horária de 60 horas, a disciplina “Fundamentos Epistemológicos da Psicologia” cuja ementa diz “Filosofia, ciências naturais e ciências humanas. Concepções do conhecimento científico. Emergência da Psicologia como ciência. Reflexos teórico-práticos contemporâneos das matrizes do pensamento psicológico”⁵⁶. Ela é, também, ofertada uma vez por ano para a área de concentração Estudos sobre Subjetividade e Comportamento Humano no âmbito dos Bacharelados Interdisciplinares.

O primeiro semestre de formação da Psicologia, na UFBA, ainda se soma a três disciplinas, 60 horas cada, no modelo “Sistemas e Teorias”: I- Behaviorismo, II- Gestaltismo e Humanismo e III- Psicanálise. Por fim, há o Projeto de Trabalho Integrado I, referente ao Estágio Básico, que intenciona fomentar a compreensão em torno do campo científico e profissional da psicologia em relação a sua identidade e diversidade. É perceptível, portanto, que o compromisso com a dimensão histórica e epistêmica da Psicologia, nessa grade curricular, não é elemento de uma disciplina só; mas projeto que pretende tecer e dar sentido como boas-vindas aos/às calouros/as.

Em retorno à “Psicologia, ciência e profissão” é, também, primordial, colocar que ela tem sido ofertada por meio de cinco unidades que, a cada semestre, podem se alterar por meio da inclusão e retirada de algumas referências. A primeira unidade “Epistemologia: conhecimento, ciência e senso comum” intenciona realizar um debate em torno da filosofia da ciência, epistemologia e historiografia por meio da denúncia do epistemicídio realizado pela Europa em seu encontro com as diferenças cosmológicas do mundo (Grosfoguel, 2016). Nesse momento, são apresentados projetos epistêmico-políticos emancipatórios como possíveis lentes para se olhar para a Psicologia. Gênero, raça, classe, sexualidade, território tornam-se categorias políticas para enxergarmos a ideia de mundo, sujeito, ciência e conhecimento em todas as suas contradições que, certamente, forjam a Psicologia como um campo disciplinador (Mayorga, 2013; Núñez, 2021).

A segunda unidade, por sua vez, “História das Ideias Psicológicas”, apresenta um conjunto de pensamentos sobre o ser humano e a sociedade que, antes mesmo da Psicologia ser um campo autônomo, teceram elaborações sobre as questões da

decolonial e problematiza a Psicologia em sua dimensão inter e transdisciplinar; bem como prioriza a Psicologia latino-brasileira em seu compromisso social, ético e no âmbito das Políticas Públicas.

⁵ Como ainda não ministrei esse componente, apenas minha experiência em “Psicologia, ciência, profissão” será levada em consideração para esse artigo. Ainda assim, vale dizer que ambos os componentes pertencem ao campo da história e epistemologia da Psicologia e precisam atuar de forma conjunta na ampliação do caráter ético-político desse campo.

⁶ Essa ementa está em processo de mudança e aguarda, apenas, a aprovação das instâncias superiores da UFBA para que possa entrar em vigor. A nova ementa foca mais na Psicologia como disciplina na Europa do século XVII e XVIII e sua presença no Brasil Colônia, bem como em matrizes do pensamento psicológico ocidentalizadas e não ocidentalizadas na constituição da psicologia latino- americana.

alma, do espírito, da intimidade e do “mundo interno” que, hoje em dia, seguem sendo objeto de investigação da ciência psicológica. Assim, inicia-se um debate por meio da filosofia, mitologia, poesia, tragédia e medicina da Antiguidade Grega, bem como pelo Cristianismo europeu e sua transmissão no campo filosófico do Brasil Colonial protagonizado, sobretudo, pelos jesuítas (Massimi, 2013).

Em seguida, seguimos para a invenção da modernidade por meio do reconhecimento da ideia de indivíduo e sua interioridade reflexiva; o liberalismo-capitalismo do século XVIII e a invenção do espaço íntimo-privado; investigamos os campos de estudos e controle da sexualidade por meio da invenção de tecnologias de poder de vigília; o forjamento da infância como uma etapa da vida; a institucionalização da loucura como doença mental; o pensamento cartesiano e a dicotomia Mente (razão de origem divina) X Corpo (paixões); a consolidação das Ciências Sociais e Humanas no século XIX; a tensão racionalismo/empirismo até chegarmos ao vetos kantianos e ao projeto científico-experimental da Psicologia (Ferreira, 2013a; Ferreira, 2013b).

Nesse momento, alguns questionamentos em torno da ideia de sujeito e humanismo são tecidos para que possamos nos incomodar com o fato de que parece, muitas vezes, não haver sistemas filosóficos em outros locais fora da Europa. Por que não estudamos as ideias psicológicas em outros espaços e tempos que não a Antiguidade Clássica e o Cristianismo-Colonialismo Europeu? Dito de outro modo: sabemos que com a anuência da Igreja Católica e dos Estados Modernos a ideia de liberdade, fraternidade e igualdade – a ideia do que seria humano – conviveu muito bem com a exploração-extermínio de povos não-europeus. Portanto, essa história do Eu reflexivo, certamente, terá que ser interpelada por outras formas de Eu que não, apenas, essa hegemonizada pelo projeto liberal europeu.

São apresentadas, por exemplo, as ideias psicológicas por meio da cosmologia Iorubá que não entende o Eu como estrutura ensimesmada, não compreende a infância a partir de uma tradição judaico-cristã e nem pensa a família e os gêneros como binários (Oyewumi, 2021). Interpelar ideias psicológicas dualistas, binaristas, brancocentradas e patriarcais – que fundamentam a Psicologia, mais à frente, como projeto científico moderno – é necessário para que possamos (re)pensar a subjetividade por outras lentes epistêmicas que levem em consideração expressões da experiência distintas daquelas da Europa.

As questões que envolvem os problemas socioambientais do Brasil tornam-se analisadores para a interpelação do campo da Psicologia. É possível, por exemplo, pensar em um sistema filosófico que compreenda a relação com a Natureza que não seja essa que a Europa Moderna inventou? O trabalho explorado, no capitalismo, tão central ao fundamento do projeto civilizatório, é imprescindível para se pensar sistemas psicológicos? Investe-se, aqui, na direção contrária, em um projeto de Psicologia que pensa a relação com o tempo e com o espaço para além da exploração e do salário como condições naturais da experiência humana.

No bojo dessas problematizações, quais precisariam ser as ferramentas de produção de testes psicométricos, por exemplo, que avaliassem habilidades e competências de povos originários e povos isolados sem que eles sejam tomados como seres de baixo coeficiente de inteligência, inaptos, preguiçosos, lentos, burros e incultos?

O pensamento vazio dos brancos não consegue conviver com a ideia de viver à toa no mundo, acham que o trabalho é a razão da existência. Eles escravizaram tanto os outros que agora precisam escravizar a si mesmos. Não podem parar e experimentar a vida como um dom e o mundo como um lugar maravilhoso. O mundo possível que a gente pode compartilhar não tem que ser um inferno, pode ser bom. Eles ficam horrorizados com isso, e dizem que somos preguiçosos, que não quisemos nos civilizar. Como se 'civilizar-se' fosse um destino. Isso é uma religião lá deles: a religião da civilização. Mudam de repertório, mas repetem a dança, e a coreografia é a mesma: um pisar duro sobre a terra. A nossa é pisar leve, bem leve.”(Krenak, 2020, pp. 113-114).

A terceira unidade, nomeada “Psicologia como Ciência Moderna (século XIX)”, investe no reconhecimento do trabalho dos psicofisiologistas e suas contribuições para a cientificação da Psicologia como campo autônomo e não como subdisciplina; esclarece o reconhecimento de Wilhelm Wundt como pioneiro por meio de seu complexo sistema da consciência experimental-individual-laboratorial, bem como a Psicologia dos Povos e se fecha por meio da compreensão das tensões que advém dos distintos projetos de Psicologia dissidentes do sistema Wundtiano: o Estruturalismo e Funcionalismo (Araújo, 2013; Gutman & Ferreira, 2013).

Nessa ocasião, a ideia de cientificidade sustentada pelo projeto moderno da Europa é apresentada por meio de um espelhamento com a colonialidade. Que, fundamentalmente, trata-se da modernidade em seu lado escuro (Mignolo, 2017). Assim, avanço por uma discussão que enfrenta o fato de que em nome da razão dos europeus, produziu-se, do outro lado, povos sem as condições básicas para a produção de um saber legítimo sobre si mesmos e sobre o mundo: povos tomados como sem epistemologia (Castro & Mayorga, 2023). É central reconhecer, nesse debate, que ainda que, de fato, todo conhecimento parta de uma visão de mundo; são as cosmologias que colocam limites ao projeto colonial de saber que foram tomados como demoníacos, a partir do cristianismo; ou como desconhecimento, a partir do crivo da Ciência Moderna.

Em nome da suposta razão cientificista moderna, a Psicologia, por exemplo, avaliou que realizar experimentos com animais tomados como menos complexos – como pombos, ratos e macacos – poderiam servir como base comparativa para compreensão do ser humano. Uma vez utilizados para a ciência, esses animais poderiam ser descartados depois de sequestrados para cumprirem com uma função para o progresso e desenvolvimento da ciência.

Muitos dos conhecimentos ameríndios retomam o fato de que mais do que uma coexistência, há uma co-constituição ontológica entre seres humanos e a Na-

tureza. Mas, uma das consequências da modernidade foi nos fazer esquecer, como povo, dessa conexão primitiva. As lógicas coloniais do ser, do saber e do poder levaram-nos a pensar a Terra e seu ecossistema como algo estático e não como um organismo vivo. E, sendo assim, essa postura autoritária em relação à Natureza prediz que a humanidade se encontra acima dos outros seres vivos e que, portanto, ela deve servir aos interesses dos homens. É primordial que essa pauta, diante da calamidade ambiental que vivemos mundialmente, esteja mais presente nas formas de produção do conhecimento das universidades e nas saídas que ela tem encontrado para termos uma relação mais sustentável entre animais – humanos e não-humanos – e o meio ambiente (Krenak, 2020).

A quarta unidade, “Dispersão do saber psicológico no século XX”, enfrenta as primeiras crises do histórico mentalista da Psicologia por meio da sistematização do Behaviorismo Metodológico e Radical (Xavier, Soares & Cirino, 2013); reconhece e valoriza a dimensão clínica da escuta da subjetividade por meio da Psicanálise, bem como debate a presença do inconsciente como teoria da subjetividade às avessas do projeto de sujeito moderno e distinta das teorias psicológicas como um todo (Loureiro, 2013). Seguimos por meio da apresentação do gestaltismo (Moares, 2013) e do humanismo (Buys, 2013), das linhas cognitivistas (Kastrup, 2013) e, finalizamos com o argumento da Psicologia Social (Ferreira, 2010).

É comum, no decorrer dessa unidade, que os/as discentes comecem a ter incômodos com a gritante ausência de mulheres como protagonistas e autoras de sistemas psicológicos no século XX. Ainda que essa seja uma profissão, marcadamente, “feminina” no mercado liberal; os lugares de poder, gestão, pesquisa, intelectualidade e representação pública da profissão permanecem sendo espaços muito masculinos. E brancos, sem dúvida alguma (Mayorga, 2013). Sabe-se que a Psicologia como campo do conhecimento colaborou ativamente com o pensamento sobre questões raciais no Brasil por meio do que se caracterizou como sendo o “racismo científico” no país, especialmente ao longo do século XIX e início do século XX (Santos et al., 2012). A ideia de quem é o sujeito produtor e interlocutor da ciência, historicamente, tem impedido que negros e negras possam ser tomados como sujeitos cognoscentes e produtores de pensamento psicológico relevante. No, entanto, há um conjunto de produções amplas que, certamente, problematizam e tensionam com essa ideia por meio da ampliação das bases nas quais a Psicologia se baseará.

A última e quinta unidade, “Saberes e Práticas Psicológicas no Brasil”, por fim, é uma apresentação da trajetória científica e profissional da Psicologia no país. O que é feito por meio da análise de registros históricos latino-americanos e suas crises que fazem da Psicologia a pluralidade que ela tem sido pelos lados de cá dos trópicos (Antunes, 2012; Costa & Mendes, 2022; Jacó-Vilela, 2021; Yamamoto, 2012). Como exemplo, são apresentadas as condições concretas do pensamento social brasileiro que forjam e tensionam o Código de Ética da Psicologia e o Sistema

Conselhos, bem como levam a criação do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) como resposta a nossa atuação no campo da garantia de direitos e coprodução de cidadania.

Um olhar feminista negro para a história da ciência e profissão psicológica no Brasil “permite conhecer mais acerca da Psicologia que vem sendo engendrada no Brasil e conseqüentemente sobre aspectos da sociedade brasileira (Mayorga, 2013, p. 174). Fomentado por esse espírito crítico, dialógico e argumentativo da pluralidade da Psicologia, criei o projeto de ensino “Deslizando entre as fronteiras da Psicologia: subjetividades plurais em debate” no contexto do IPSS. A atividade está vinculada ao componente curricular obrigatório “Psicologia, ciência e profissão” e tem como objetivo a análise dos processos subjetivos, sociais e políticos - por meio de recursos audiovisuais, casos clínicos, linguagens pop como memes, assuntos e temas públicos notórios e relevantes, etc - para que se apresente a diversidade de compreensões das escolas da Psicologia em perspectiva. A partir, por exemplo, de textos, de filmes, documentários e séries (completos ou em partes), são escolhidos analisadores que possam ser debatidos à luz de distintas teorias e campos das humanidades, das artes, da saúde, da ciência e tecnologia e de quaisquer outros conhecimentos que colaborem em análises robustas de expressões de questões sociais, econômicas, culturais, raciais, de gênero e sexualidade etc. que se interseccionem com a Psicologia.

Nesse sentido, as distintas correntes da Psicologia são convocadas, por meio de eventos públicos - que se pretendem mensais - a pensar a categoria do sujeito como um elemento híbrido, complexo e paradoxal. O convite, aqui, é sustentar aproximações e distanciamentos para que a dimensão crítica seja o disparador do desejo de contar histórias dos distintos pensamentos psicológicos. De modo que possamos defender o/a discente e o/a docente não como a figura de um/a generalista acrítico da história, mas de um problematizador da Psicologia a partir de algum problema concreto que ela suscite.

Como exemplo, podemos citar a abertura desse evento que contou com a presença discente de vários cursos e instituições e, na mesa, três psicólogo/as que debateram a visão de fenômeno psicológico para a Psicanálise, o Behaviorismo e a Fenomenologia. A partir do diálogo com os/as alunos/as, tensões em torno de supostos “determinismos do inconsciente”, “mecanismos do behaviorismo”, “(pseudo)cientificidade da psicanálise” e “confusões entre fenomenologia, existencialismo, Psicologia da Gestalt e Humanismo” foram elaboradas por meio de reflexões e experiências brasileiras, locais, pessoais, coletivas etc. Por meio de uma interrogação acerca da Psicologia Baseada em Evidências e a relação desse campo com as áreas em debate na mesa, houve uma reflexão em torno de princípios epistemológicos cartesianos e não-cartesianos; relação da Psicologia com o mercado liberal e outros assuntos. Entre aproximações e distanciamentos, os/as que estavam à mesa, invariavelmente, traziam a subjetividade como fenômeno histórico,

simbólico, relacional, metamórfico, criativo e inventivo.

Se garantirmos, assim, que a subjetividade possa ser tecida como em uma colcha de retalhos⁷ – em que alguns retalhos estão mais próximos do que os outros – a Psicologia pode se tornar um conflito saboroso em torno das produções de sentido sobre o fenômeno psicológico.

(In)conclusões insubordinadas: sabendo-fazendo psicologia desde o Terceiro Mundo

Se a psicologia não é unidade, consenso e coerência; podemos tomá-la como uma dispersão constituinte que não é sinônimo de insuficiência. Muito pelo contrário, podemos pensá-la como potência democrática em que o conflito e a divergência não precisem ser impeditivos da produção de um conhecimento verossímil, potente e justo. Se assumirmos, portanto, que há várias histórias da psicologia em função das suas distintas e, por vezes, divergentes posições cosmo-epistemológicas, chegaríamos à conclusão de que não há um critério preciso sobre o que a Psicologia foi, é e será (Rosa, 1977).

Se é certo que a diversidade da psicologia se coloca desde o primeiro momento em que nos encontramos com ela, torna-se importante que o espaço docente/discente/pesquisador(a) dessa área se empreste como um anteparo a amplas produções de sentido sobre o “fenômeno subjetivo” e jamais como o local da verdade absoluta. Sobretudo se essa pretensa verdade absoluta degrada, desumaniza, violenta e aniquila o material simbólico, discursivo, material e histórico que dá alicerce às produções de subjetividades de povos que habitam abaixo da Linha do Equador.

Se bem me recordo dos primórdios da minha formação acadêmica, ao ser atravessado por disciplinas epistemológicas e históricas, tive certeza de o vazio me acompanharia durante a minha graduação. E hoje consigo entender que se não caí em demasiado sofrimento foi porque fui fomentado a dialogar com a divergência pela via do argumento e não da fé absoluta. Assim, parece-me, evitamos que mundos se devastem.

Mesmo que, em vários momentos da nossa formação em Psicologia, tememos/tomemos posições, é certo apostar, também, por outro lado em que não haja pressa para essa ação. Pelo contrário, todo/a graduando/a, em Psicologia, deveria deslizar pelas fronteiras dos pensamentos psicológicos por todas as suas distintas linguagens epistemológicas, teóricas, conceituais e metodológicas.

Deve-se experimentar o encontro com o mal-estar de uma formação acadêmica e profissional em que é comum que se escute propostas científicas e profissionais antagônicas. Com isso quero dizer que há que se tornar cotidiano que

⁷ Metáfora apresentada pela professora Érika Lourenço (Universidade Federal de Minas Gerais) em uma roda de conversa sobre o tema da diversidade constituinte da Psicologia como ciência e prática profissional.

possamos ouvir críticas muito severas a um conteúdo da psicologia que, momentos antes, estava sendo ovacionado em outro tempo-espço dessa “mesma” formação.

Tomar uma posição, quero acreditar, é tão mais potente quanto mais experimentações científicas e profissionais se tem na Psicologia. Experimentar, aqui, não é “laboratoriar,” tampouco, viver na própria pele como se eu estivesse sugerindo que sejam realizados estágios, disciplinas, pesquisas e extensões em todas as áreas. Não há tempo para isso. Mas, por onde for possível, é preciso reconhecer e celebrar as diversidades de experiências que a Psicologia pode proporcionar se entendermos que “É experiência aquilo que ‘nos passa’, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação” (Larrosa, 2002, p.25-26).

Compreendendo, então, que nenhuma dessas propostas de pesquisa e prática precise ser um compromisso com a eternidade, há que se sentir livre para discordar de si mesmo e se reorientar pelo desejo no campo da Psicologia. Ao escolher uma vertente de compreensão da subjetividade, por assim dizer, não se escolhe outras. E é a força de um argumento, sempre contingencial, que nos possibilita construir respostas que sustentem esse desejo com algum sentido mais responsável, ético e político.

É justamente o argumento de uma escolha por um dos retalhos da Psicologia que se potencializa a crítica às outras abordagens e a sua própria; mantendo-se um certo enigma na busca por um equilíbrio entre igualdade e diferença (Haraway, 2005) em uma graduação que poderia se chamar Psicologia(s). No plural. À bem da verdade, o projeto da Psicologia tal qual o do Feminismo sustenta, em um nome singular, a ideia de uma pluralidade que convive bem dentro de si mesma. Sem a necessidade de um marcador nominal plural.

A política tem sido descrita como a arte do possível; eu preferiria chamá-la de negociação do impossível, a tentativa de chegar a soluções...que só pode sempre falhar, deixando assim aberta a oportunidade de novas formulações, novos arranjos sociais, novas negociações... (Scott, 2005, p. 29).

Eu diria mais: é a partir desse des(sabor) - que Joan Scott, ao falar de História e Política, sustenta - que se forja a Psicologia como campo da ciência e área de atuação antagônica em si mesma. Em minha trajetória, foi no bojo de reflexões sobre filosofia, epistemologia, história da ciência e da psicologia, que o feminismo decolonial bagunçou as linhas interpretativas e interventoras do alcance da práxis psicológica. E por meio de uma hermenêutica da suspeita (Amorós, 2000), fui atravessado a enfrentar o fato de que a obsessão pela verdade dos saberes e da vida - em contraponto às ditas inverdades religiosas -, levou a uma produção científica tão mitológica e dependente de fé quanto aos cânones da Igreja. Isso porque para se sustentar enquanto universal, a ciência moderna impediu (ainda que não totalmente), por meio da força colonial, que outros seres, saberes e poderes

pudessem entrar na disputa pelo lugar de suposto saber (Jaggar & Bordo, 1997).

Em resistência ao pressuposto de que esse projeto precise ser destino, fui apresentado à força de uma teoria e prática emancipatória que a partir de uma aposta nas experiências de grupos, historicamente, subalternizados se guia pelos saberes e fazeres que se produzem nas lutas por emancipação. Por meio do reconhecimento de que movimento social educa, fui atravessado pelo extraordinário que se inventa e transforma nossas produções no ensino, na pesquisa e na extensão (Gomes, 2017). De modo que a Psicologia e a história que se constrói sobre ela fossem tensionadas por meio de atores/izes sociais e políticos/as que bagunçam a materialidade e o simbólico do mundo e, conseqüentemente, a ciência e a profissão da Psicologia.

Isto é, ainda que, certamente, socializado por esse código colonial-moderno; foram nas associações coletivo-políticas que fui costurando, em minha vida, que os outros mundos contracoloniais (Santos, 2020) foram se tornando um desejo afetivo-político a ser cumprido.

E o que é contracolonizar? É reeditar as nossas trajetórias a partir das nossas matrizes. E quem é capaz de fazer isso? Nós mesmos! Só pode reeditar a trajetória do povo quilombola quem pensa na circularidade e através da cosmovisão politeísta....Para nós, quilombolas e indígenas, essa é a pauta. Contracolonizar. No dia em que as universidades aprenderem que elas não sabem, no dia em que as universidades toparem aprender as línguas indígenas – em vez de ensinar –, no dia em que as universidades toparem aprender a arquitetura indígena e toparem aprender para que servem as plantas da caatinga, no dia em que eles se dispuserem a aprender conosco como aprendemos um dia com eles, aí teremos uma confluência. Uma confluência entre os saberes. Um processo de equilíbrio entre as civilizações diversas desse lugar. Uma contracolonização (Santos, 2020, p. 9).

Proponho, portanto, que aprofundemos nossos estudos em História e Epistemologia da Psicologia, a partir das mazelas-potências do Terceiro Mundo, para elaborar, criticar, discordar, tensionar e lançar olhares revolucionários para aquilo que não pretendemos repetir como tragédia humana do projeto moderno-colonial. Foi por esse caminho que o que era para ser lido como uma história externa, antiga, passada e finalizada; tornou-se alicerce sócio-histórico para que eu não sentisse tanto desamparo em minha formação. Sobretudo porque a Psicologia é um campo de saber-fazer que nos convoca a enigmas muito profundos. A dimensão histórica e epistemológica pode trazer um chão – ainda que movediço – para que enxerguemos alguns horizontes sem que caíamos em um abismo.

Nessa direção, penso que os conflitos, na Psicologia, devam ser enfrentados na lógica de uma disputa em que os/as jogadores/as tenham condições equânimes de existência. E, nessa luta, entre as distintas e dispersas abordagens da Psicologia, não se deve vencer o melhor como o Norte Global masculinista e branco, historicamente, tem fantasiado no encontro com a diferença. Nesse conflito crítico

intra-Psicologia, é o conflito em si mesmo e a sustentação de um pluri(verso) psicológico que deve habitar nossas ações. De modo “que seja possível se reconhecer, subjetiva, epistêmica e socialmente semelhante (nunca igual ao outro) e, também, a partir da diferença (jamais da desigualdade)” (Castro, Lino & Mayorga, 2020, p. 224).

La mestiza tem que se mover constantemente para fora das formações cristalizadas do hábito; para fora do pensamento convergente, do raciocínio analítico que tende a usar a racionalidade em direção a um objetivo único (um modo ocidental), para um pensamento divergente, caracterizado por um movimento que se afasta de padrões e objetivos estabelecidos, rumo a uma perspectiva mais ampla, que inclui em vez de excluir. A nova mestiza enfrenta tudo isso desenvolvendo uma tolerância às contradições, uma tolerância às ambigüidades. (...) Não apenas sustenta contradições como também transforma a ambivalência em uma outra coisa (Anzaldúa, 2005, p. 706-707).

Para sairmos da ambivalência contraproducente, é preciso que questione-mos, por exemplo, como o regulamento da profissão de Psicologia, no Brasil, em 1962, entende como sendo função privativa do/a psicólogo/a “solução de problemas de ajustamento”. Ajustar a que? A quem? Em função do que?

Uma posição mais analítica, crítica e reflexiva nos ajuda a compreender como o conservadorismo católico e neopentecostal tem estado presente na postura de alguns/mas discentes e profissionais da área. A ponto de ter sido possível a constituição de uma chapa, para disputa do Conselho Federal, em 2019, com evidentes posições em favor da “família, crenças e valores sociais” em um alinhamento à extrema direita de um bolsonarismo que se consolidava àquela época.

Em tempos de “Psicologia Baseada em Evidências”, é preciso discutir se há como, de fato, consensuar uma Psicologia em torno de uma empiria e de uma testagem homogênea. Diante de tanta heterogeneidade conceitual, teórica e metodológica; é nosso desejo neutralizar as nossas diferenças em torno do princípio da evidência? Evidência é o que? Segundo quem? No âmbito de qual perspectiva de ciência? Em nome de quais evidências de outrora foram possíveis internações compulsórias em hospitais psiquiátricos de crianças com deficiência? Prostitutas? Mulheres desquitadas que reivindicavam direitos? O Hospital Colônia de Barbacena evidencia o que para a ciência, para a Psicologia e para nós como sociedade?

Quais corpos têm pagado com a própria vida por serem lidos como abjeções, patologias e disforias de gênero? Não nos esqueçamos que foi, apenas, em 1999 que, oficialmente, houve o entendimento de que, para a Psicologia, práticas afetivo homossexuais não constituiriam doença, distúrbio ou perversão. Sendo vedados, então, serviços que propunham tratamento e cura das orientações não heterossexuais. E, muito recentemente, em 2018, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) orientou a atuação profissional de psicólogos/as para que travestilidades e transexualidades não fossem consideradas patologias. Há como falar de Normal X Pato-

lógico sem que levemos em consideração as histórias que regulam esses padrões? Não seria interessante uma Psicologia que se perguntasse, também, os “motivos” que levariam alguém a ser heterossexual – desnaturalizando a heterossexualidade como regra - e parasse de se mobilizar, unicamente, pelos supostos “desarranjos familiares” que levariam pessoas a desejarem o mesmo gênero? Estamos preparadas para suportar produções que nos marquem como sujeitos/as da diferença ao sermos nomeados/as como Cisgêneros e não como “normais” ou “padrões”?

A psicologia não tem sido capaz de, ao falar do fenômeno psicológico, falar de vida, das condições econômicas, sociais e culturais nas quais se inserem os homens. A psicologia tem, ao contrário, contribuído significativamente para ocultar estas condições. Fala-se da mãe e do pai sem falar da família como instituição social marcada historicamente pela apropriação dos sujeitos; fala-se da sexualidade sem falar da tradição judaico-cristã de repressão à sexualidade; fala-se da identidade das mulheres sem se falar das características machistas de nossa cultura; fala-se do corpo sem inseri-lo na cultura; fala-se de habilidade e aptidões de um sujeito sem se falar das suas reais possibilidades de acesso à cultura; fala-se do homem sem falar do trabalho; fala-se do psicólogo sem falar do cultural e do social. Na verdade, não se fala de nada. Faz-se ideologia! (Bock, 2004, p. 7-8)

Nessa direção, o campo “História e Epistemologia da Psicologia” precisa ser menos uma descrição de fatos e acontecimentos de forma linear e mais um chamado para que profissionais da Psicologia, dentro ou fora da pesquisa acadêmica, possam compreender essa ciência e profissão em relação a si mesma, aos outros campos de saber e a sociedade como um todo. Se a Psicologia não existe em si mesma, mas como um campo de disputa; é preciso que essa visão da disputa esteja presente, constantemente, na graduação. E não só nas disciplinas que se voltam a esses fundamentos básicos. Nesse sentido, evitar-se-ia certa armadilha maniqueísta de que existiriam boas abordagens em detrimento de outras; já que reconheceríamos que toda escolha por uma abordagem da subjetividade carrega em si potências e ineficiências.

Assim, deslizar entre as ideias de mente, cérebro, aparelho psíquico, comportamento, percepção, inconsciente, desejo, ambiente, família, instituição e discurso torna a dimensão do social um tanto variável nas compreensões do fenômeno subjetivo. O que há em comum entre esses campos, no entanto, é a história social e política da psicologia que sempre estará lá dando sentido a esses elementos que são o objeto de estudo da ciência e da profissão psicológica em toda a sua diversidade epistemológica.

Com isso quero dizer que o “social” da Psicologia não pode ser relativizado. Porque ainda que possamos discordar do tamanho e da robustez da dimensão histórica e cultural para a construção da subjetividade, o mesmo não pode se dizer da própria psicologia como campo da ciência e profissão. Queiramos ou não, a Psicologia segue (re)produzindo ideologias, territórios, raças, gêneros, sexualidades

etc.

Aposta-se, então, por fim, em uma práxis feminista decolonial que, ao democratizar a história e a epistemologia da Psicologia, deseja, também, democratizar a própria sociedade e a universidade latino-brasileira. O que tem sido realizado por meio do fomento a pluralidade de vozes que pode dizer desde/pelo fenômeno subjetivo: campo de estudo-intervenção, por excelência, da ciência e da profissão de Psicologia.

Referências

- Abib, J. A. D. (2009). Epistemologia pluralizada e história da psicologia. *Scientiae studia*, 7(2), 195-208. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662009000200002>
- Amorós, C. (2000). *Feminismo y filosofía*. Madri: Editorial Síntesis.
- Antunes, M. A. M. (2012). A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia: ciência e profissão*, 32 (esp.), 44-65. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500005>
- Anzaldúa, G. (2005). La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. *Revista estudos feministas*, 13 (3), 704-719. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015>
- Araújo, S. F. (2013). Wilhelm Wundt e o estudo da experiência imediata. In Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F. T. (Eds.). *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 93-104). Nau.
- Barreto, C. L. B. T., & Morato, H. T. P. (2008). A dispersão do pensamento psicológico. *Boletim de Psicologia*, 58(129), 147-160. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v58n129/v58n129a03.pdf>
- Bock, A. M. M. (2001). A Psicologia ou as Psicologias. In Bock, A. M. M., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. (Orgs.). *Psicologias – uma introdução ao estudo de Psicologia* (pp. 15-30). Saraiva.
- Bock, A. M. B. (2004). A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual. *Psicologia para América Latina*, (1), 0-0. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psilat/n1/n1a02.pdf>.
- Buys, R. C. A psicologia humanista. (2013). In Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F.T. (Eds.). *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 339-348). Nau.
- Castro, R. D., & Mayorga, C. (2019). Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 14(3), 1-18. <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/re>

vista_ppp/article/view/e3178

- Castro, R. D., Lino, T. R., & Mayorga, C. (2020). Desobediências epistêmicas: Propostas feministas e antirracistas em direção a um projeto de ciência e sociedade decolonial. *Cadernos de Estudos Culturais*, 2(24), 209-226. <https://doi.org/10.55028/cesc.v2i24.11954>
- Castro, R. D. (2022). *Saberes e práticas que decolonizam a ciência e o conhecimento: construções narrativas (auto)biográficas de docentes da UFMG* [Tese de Doutorado em Psicologia, Programa e Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/50257>
- Castro, R. D. D., & Mayorga, C. (2023). Saberes-fazeres feministas decoloniais na universidade: contribuições subjetivas, epistêmicas e políticas de intelectuais negras. *Psicologia & Sociedade*, 35, e277140. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277140>
- Castro-Gómez, S. (2005). Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In Lander, E. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas* (pp. 87-95). CLASCO.
- Chaves, A. M. (2000). O fenômeno psicológico como objeto de estudo transdisciplinar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13 (1), 159-165. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722000000100016>
- Collins, P. H. (2016). Aprendendo com a outsider within. *Sociedade e Estado*, 31 (1), 99-127. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>
- Costa, P. H. A. D., & Mendes, K. T. (2022). Psicologia, 60 anos, e a Crítica da Crítica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42 (esp.), e262857. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262857>
- Fernandes, S. R. F. (2016) *Psicologia e formação generalista: do currículo mínimo às diretrizes curriculares*. [Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22362>
- Ferreira, A. A. L. (2013a) O Múltiplo Surgimento da Psicologia. In Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., Portugal, F. T. (Eds.). *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 13-46). Nau.
- Ferreira, A. A. L.. (2013b) A Psicologia no recurso aos vetos kantianos. In Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., Portugal, F. T. (Eds.). *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 85-92). Nau.
- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26

- (esp.), 51-64. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>
- Figueiredo, L. C. M. (1992). Convergências e divergências: a questão das correntes de pensamento em psicologia. São Paulo: *Transformação*, 4 (1,2,3), 15-26. <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/1651>
- Figueiredo, L. C. M. (2008). *Matrizes do pensamento psicológico*. Vozes.
- Figueiredo, L. C. (2010). Epistemologia, História e além: reflexões sobre uma trajetória pessoal. *Psicologia: ciência e profissão*, 30 (esp.), 140-148. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500005>
- Foucault, M. (1971/1994). *Dits et écrits* (Vol. 2). Gallimard.
- Furtado, O. (2012). Os 50 anos de Psicologia no Brasil: a construção social de uma profissão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(esp.), 66-85. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500006>
- Gomes, N. L. (2017). *Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Vozes
- Gonçalves, L. (1999). La metodología genealógica y arqueológica de Michel Foucault en la investigación en psicología social. *Arqueología del cuerpo: ensayo para una clínica de la multiplicidad*, pp. 167-176. <https://www.fadu.edu.uy/estetica-diseno-ii/files/2015/06/transitos-de-una-psicologia-social-genealogia-y-arqueologia.pdf>
- Gonzales, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 2(1), 223-244. <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/10316>
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>
- Gutman, G., & Ferreira, A. A. L. F. (2013). O funcionalismo em seus primórdios: a psicologia a serviço da adaptação. In Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F.T. (Eds.). *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 121-140). Nau.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>
- Harding, Sandra (1998) *Is Science Multicultural? Postcolonialisms, Feminisms, and Epistemologies*, Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press.

hooks et al. (2004). *Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras*. Traficantes de sueños.

Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F. T. (2013). *História da psicologia: rumos e percursos*. Nau.

Jaggat, A. M., Bordo, S. R., & Freitas, B. L. (1997). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rosa dos Tempos.

Kastrup, Virgínia. *A psicologia no contexto das ciências cognitivas*. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Ed.). **História da psicologia: rumos e percursos**. Nau Editora, 2013.

Krenak, A. (2020). *O amanhã não está à venda*. Companhia das Letras.

Larrosa, J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19, 20-28. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>

Lemos, F. C. S., & Cardoso Júnior, H. R. (2009). A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*, 21 (3), 353-357. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300008>

Loureiro, I. (2013). Luzes e sombras: Freud e o advento da psicanálise. In Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F. T. (Eds.). *História da psicologia: rumos e percursos*. Nau Editora.

Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos feministas*, 22(3), 935-952. <https://doi.org/10.1590/%25x>

Massimi, M. (2013). Ideias Psicológicas na cultura luso-brasileira do século XVI ao século XVIII. In: Jacó-Vilela, A.M., Ferreira, A.A.L., & Portugal, F.T. (Eds.). *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 371-386). Nau.

Matos, M. (2018). *Pedagogias feministas decoloniais: a extensão universitária como possibilidade de construção da cidadania e autonomia das mulheres de Minas Gerais*. UFMG.

Mayorga, C. (2013). Sobre mulheres, Psicologia, profissão e a insistente ausência das questões raciais. In Lhullier., L. (Org.). *Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres* (pp. 173-199). Conselho Federal de Psicologia.

Mayorga, C. (2014). Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. *Athenea Digital*, 14(1), 221-236. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n1.1089>

Mayorga, C. et al. (2013). As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: co-

- lonialismo, racismo e política heterossexual. *Revista Estudos Feministas*, 21 (2), 463-484. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200003>
- Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista brasileira de ciências sociais*, 32 (94), 1-18. <https://doi.org/10.17666/329402/2017>
- Moraes, M. (2013). O gestaltismo e o retorno à experiência psicológica. In Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F. T. (Eds.). *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 301-318). Nau.
- Núñez, G. (2021). Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. *ClimaCom - Diante dos negacionismos*, 8, 1-8.
- Oyěwùmí, O. (2021). *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Bazar do Tempo.
- Rosa, L. A. G. (1977). Psicologia, um espaço de dispersão do saber. *Rádice-Revista de Psicologia*, 1, 1-9.
- Rudá, C., Coutinho, D., & Almeida Filho, N. (2019). Formação em psicologia: uma análise curricular de cursos de graduação no Brasil. *Revista e-Curriculum*, 17(2), 419-440. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i2p419-440>
- Santos, A. B. (2018). Somos da terra. *Piseagrama*, 12, 44-51.
- Santos, A. D. O. D., Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2012). Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32 (esp.), 166-175. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500012>
- Sardenberg, C. M. B. (2018). O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. *Inclusão Social*, 11(2), 15-30. <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4106>
- Schultz, D. P., & Schultz, S. E. (2020). *História da psicologia moderna*. Cengage Learning.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, 20(2). <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Scott, J. W. (2005). O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, 13(1), 11-30. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100002>
- Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15, 18-42.

<https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>

Xavier, C. R., Soares, P. G., & Cirino, S. D. (2013). O behaviorismo: uma proposta de estudo do comportamento. In Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F. T. (Eds.). *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 179-194). Nau.

Yamamoto, O. H. (2012). 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político?. *Psicologia: ciência e profissão*, 32, 6-17.
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500002>

Nota sobre o autor:

Ricardo Dias de Castro é doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e professor da Universidade Federal da Bahia. E-mail: ricardodiascastro@gmail.com

Data de submissão: 12.02.2024

Data de aceite: 03.04.2024